



## RESENHA/REVIEW

LUCK, Heloisa. *A Gestão Participativa na Escola* - Vol. III - Série Cadernos de Gestão, Saraiva, 2016.

Alexsandro Rúdio Broetto<sup>1</sup> 

Na obra analisada nesta resenha, Heloisa Luck (2016) faz várias críticas sobre os sistemas de gestão escolar tradicionais, deixando clara a necessidade de redefinir os papéis do gestor frente as demandas da comunidade escolar. Para a autora, é preciso ir além do que está escrito no Projeto Político Pedagógico da escola e executar ações que incluam toda a comunidade, o que inclui: alunos, pais, professores, gestores, coordenadores, pedagogos, psicopedagogos, dentre outros profissionais.

Fazendo uma comparação com os argumentos de Padilha (2001), percebe-se que a obra de Luck (2016) apresenta informações mais detalhadas, com referência a autores renomados da área da gestão educacional, com exemplos de situações do cotidiano de alguns gestores, mostrando ao leitor as novas perspectivas para a gestão escolar.

A obra analisada reúne um conjunto de informações sobre gestão participativa na escola e se assenta no entendimento de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da canalização e do emprego adequado da energia dinâmica ocorrente no contexto de sistemas de ensino e escolas em relação a objetivos educacionais concebidos e assumidos por seus membros, de

---

<sup>1</sup> Mestrado em Ciências das Religiões Faculdade Unida de Vitória (UNIDA). Atua como advogado.





modo a constituir um empenho coletivo em torno da sua realização. São 216 páginas no total.

Na introdução, Luck (2016) apresenta o cenário da educação brasileira que tem passado por algumas mudanças significativas. Apresenta-se, aquelas ocorridas no campo legal, tendo como espinha dorsal a Constituição Federal de 1988. Esta possibilitou desdobramentos legais relevantes para a educação básica que levaram, entre outras, a: mudanças na organização e estrutura curricular, na sistemática de financiamento, no processo de gestão dos sistemas de ensino e na ampliação do acesso à escola básica.

O diferencial deste livro, se comparado a outros com esta mesma temática, está na abordagem que procura articular com as reflexões teóricas e situações concretas, ajudando o gestor no processo de enfrentamento dos problemas com os quais se deparam no cotidiano escolar.

O livro apresenta uma reflexão sobre os resultados dos estudos efetivados a partir de vivências e observações da autora sobre o cotidiano da gestão escolar, propondo soluções através do diálogo. Também analisa destaca que a aplicação do planejamento sistematizado em escolas públicas e privadas, possui uma conotação política em termos de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade e também pedagógica, uma vez que possibilita ao leitor, principalmente ao gestor, identificar aspectos que poderão ser válidos para a sua atuação na escola.

O diálogo é apresentado no livro como uma forma de chegar a um consenso acerca das ações a serem tomadas pela comunidade escolar. Cita autores como Veiga (1998)<sup>2</sup>, quando descreve sobre a dimensão pedagógica das ações educativas da escola, visando a efetivação de seus propósitos e sua intencionalidade. Para a autora, a dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica.

<sup>2</sup> PADILHA, P. R. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 2001.





A obra evidencia que a escola espera da família uma participação efetiva na vida escolar dos filhos e o apoio às ações da escola, manifestados através de críticas e sugestões para a melhoria do nosso trabalho, da atenção às necessidades do filho que muitas vezes não está na simples ajuda nas atividades, mas no diálogo aberto e nas manifestações afetivas.

Fala na gestão democrática, a qual é fundamental para a definição de políticas educacionais que orientam a prática educativa, bem como revitaliza os processos de participação, dentro dos parâmetros definidos no “chão” da escola pública e é um canal no processo de democratização, na medida em que reúnem diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e outros representantes da comunidade para discutir, definir e acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político-Pedagógico da Escola.

Luck (2016) analisa que muitos desafios estão por vir, mas com certeza este é um importante passo para garantir a efetiva participação das comunidades escolar e local na gestão das escolas, contribuindo, assim, para a melhoria da qualidade social da educação para todos.

A autora também enfatiza que cabe a escola repensar o seu papel na formação de verdadeiros cidadãos, caminhando nesta direção com seriedade, como compromisso da coletividade e, nesta busca, os gestores devem fazer frente, através de uma constante revisão crítica de seu papel, envolvendo toda a comunidade escolar, consciente do seu compromisso na conquista de uma nova escola, que seja verdadeiramente democrática. Somente com estas prerrogativas a escola pode realmente se tornar um fator de cidadania.

Aborda sobre os princípios que devem nortear a construção do Projeto Político-Pedagógico: relação escola x comunidade, democratização do acesso e da permanência do aluno na escola com sucesso, democracia, autonomia, qualidade de educação para todos,





organização curricular e valorização dos profissionais da educação, são interligados e complementares entre si.

Assim, a autora entende que a educação deve estar preocupada em preparar o cidadão para conhecer a si mesmo, e depois se torna mais fácil entender a sociedade, tornando um ser pensante e participativo ante os acontecimentos da sociedade. Se o Projeto Político-Pedagógico serve como bússola na educação o mesmo precisa direcionar o estudante rumo a uma aprendizagem de qualidade.

O livro aborda também sobre a necessidade de otimizar a qualidade educativa das escolas a partir de uma gestão eficiente e eficaz. Destaca que o princípio de gestão democrática implica repensar a estrutura de poder da escola, tendo em vista que a prática da participação coletiva atenua o individualismo, pois implementa mecanismos e estratégias que favorecem ampliação da solidariedade e superação da opressão.

Mostra a real situação das políticas educacionais brasileiras dos últimos 30 anos, as quais admitem o modelo de gestão descentralizada, com a participação dos usuários na formulação de propostas para o desenvolvimento da gestão educacional e o reconhecimento da função estratégica do diretor da escola.

Em suma, o livro mostra que a participação deve ser encarada como um fator de coesão e consenso, tornando-se necessário repensar a estrutura de poder da escola, tendo em vista que a prática da participação coletiva atenua o individualismo, amplia a solidariedade, superar a opressão e anular a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das qual a escola é mera executora.

Por fim, Luck (2016) finaliza o livro enfatizando acerca das melhorias que podem ser efetivadas na escola a partir da abertura de espaços para que toda a comunidade escolar participe, dê sugestões, atue de modo ativo e participativo. Ela acredita que os pais devem





---

participar mais do processo escolar e que eles podem contribuir significativamente para a ampliação da qualidade do ensino, isto dependerá da motivação que a própria escola pode oferecer através da realização de parcerias entre escola e família.

Recebido em: 05 de fevereiro de 2018  
Aceito em: 24 de março de 2019

